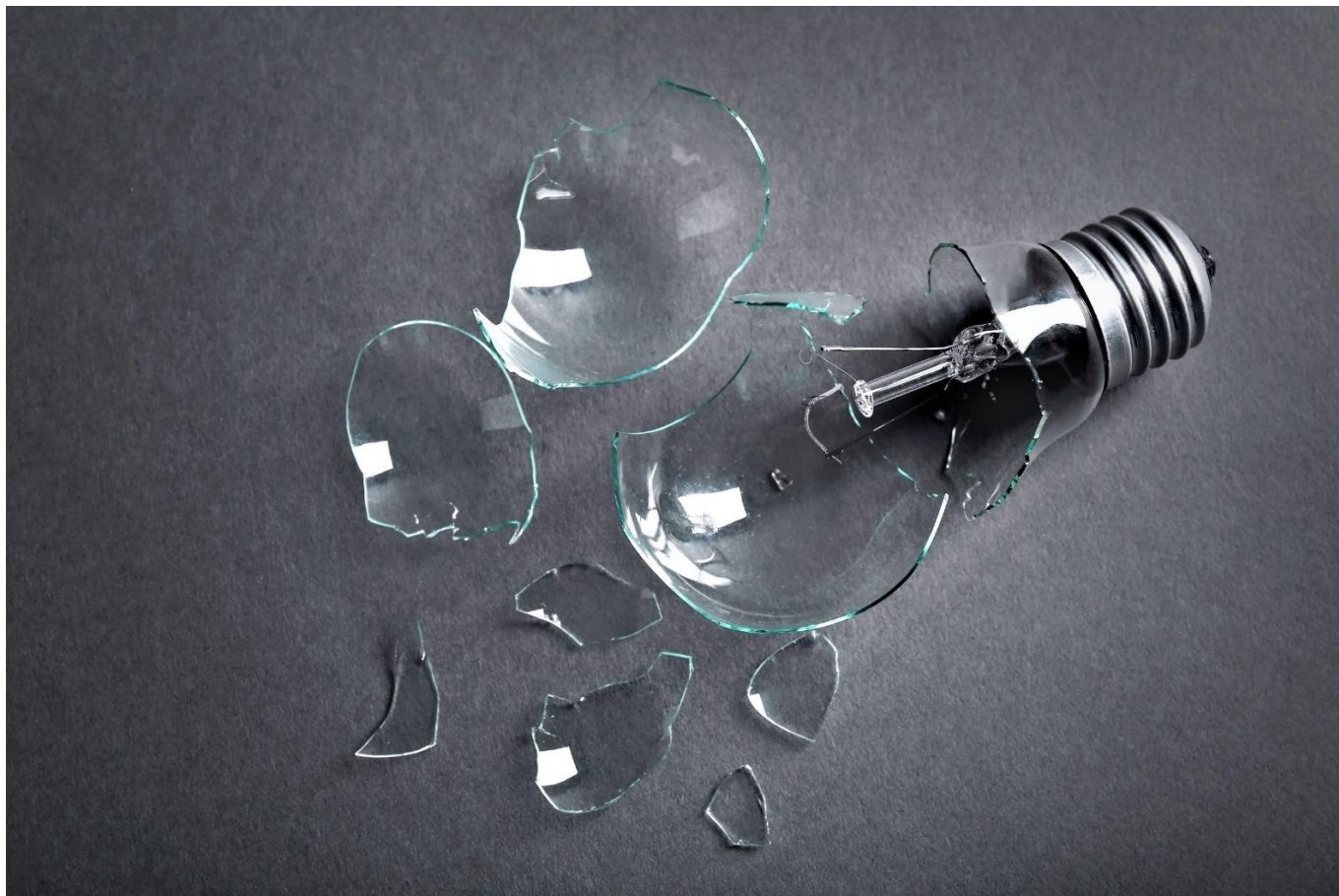


Neoliberalismo em Alta Tensão: A MP que Ameaça o Sistema Elétrico Brasileiro



Na próxima quinta-feira, 15 de maio de 2025, o Governo Federal deverá anunciar o lançamento de uma Medida Provisória que pode representar um dos maiores retrocessos já impostos ao setor elétrico brasileiro. Ela representa um novo e perigoso passo rumo à completa liberalização do setor elétrico brasileiro. Por trás de falaciosos discursos técnicos e promessas de modernização, esconde-se um projeto que pavimenta o caminho para que grandes corporações dominem um serviço essencial ao bem-estar da população e à soberania nacional. No mesmo bojo, passam a controlar nossas reservas de água e a influenciar até mesmo os níveis de inflação.

A proposta de reforma do setor elétrico apresentada pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, não é uma reforma institucional. A MP reúne um conjunto de medidas desconexas, organizada em três eixos:

O Eixo 1 - trata da reformulação e ampliação da Tarifa Social de Energia Elétrica, com destaque para a proposta de gratuidade na conta de luz para famílias de baixa renda inscritas no CadÚnico que consomem até 80 kWh por mês. Apesar de representar um alívio, esse patamar é extremamente limitado, a “cesta” de eletrodomésticos essenciais não prevê sequer o uso de um ventilador, o que restringe significativamente o conforto e a qualidade de vida dessas famílias. Caso o governo mantenha esse patamar rebaixado de benefício, que atenderá, em um primeiro momento, à população de mais baixa renda, os custos excessivos da liberalização do setor recairão sobre todos os demais consumidores — em especial sobre a classe média e sobre os consumidores de baixa renda que não estão inseridos no CadÚnico.

O Eixo 2 - propõe a abertura total do mercado de energia, permitindo que todos os consumidores, inclusive residenciais, possam escolher livremente seus fornecedores. Isso representaria o fim do atual modelo de contratação regulada pelas distribuidoras, substituído por contratos entre consumidores e agentes comercializadores, introduzindo um novo agente atravessador e novos custos a serem remunerados. Essa mudança transfere os riscos de contratação e variação de preços para o consumidor, que pode ficar mais exposto às flutuações de preços. Os custos da expansão e de operação do setor relacionados à transição para o mercado "livre" são altos e não há definição clara sobre quem arcará com eles.

O Eixo 3 – este eixo da proposta trata de medidas de redução ou de redistribuição de encargos setoriais, com medidas como a equalização do pagamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para a geração distribuída, a distribuição equitativa da CDE conforme o consumo e a redefinição do conceito de autoprodutor — que hoje assegura acesso a diversos benefícios fiscais e tarifários — entre outras alterações estruturais relevantes.

Essas mudanças afetam diretamente o valor e a lógica dos ativos do setor, sendo, portanto, um grave equívoco conceitual implementar o Eixo 2 antes de consolidar ou sequer definir plenamente os parâmetros do Eixo 3. O impacto do Eixo 1 também depende do resultado da reorganização dos encargos e subsídios. A simultaneidade na implementação dos eixos compromete a coerência regulatória, cria incertezas e distorce os sinais econômicos, dificultando a avaliação de investimentos e ameaçando a estabilidade do setor. Além disso, por si só, o conteúdo do Eixo 2 representa um erro estrutural com sérios riscos para a modicidade tarifária, a segurança energética e a equidade no acesso à energia.

Uma reforma do setor elétrico - não deve ser implementada via medida provisória, dado seu amplo impacto socioeconômico. A eletricidade é um insumo estratégico para consumidores e cadeias produtivas e mudanças abruptas podem gerar instabilidade tarifária, encarecer produtos e serviços e prejudicar especialmente os mais vulneráveis. Além disso, uma transformação dessa magnitude exige debate democrático com todos os atores envolvidos — trabalhadores, consumidores, especialistas e setores produtivos —, assegurando transparência e equilíbrio entre interesses públicos e privados. **Reformas conduzidas sem ampla discussão, sob pressão de lobbies empresariais, tendem a privilegiar grupos específicos em detrimento do interesse coletivo, comprometendo a segurança energética e a justiça social.** Portanto, o tema deve ser tratado por meio de legislação ordinária, com participação social e análise técnica cuidadosa, evitando decisões unilaterais e apressadas.

O falso discurso da liberdade de escolha - a promessa de liberdade de escolha para o consumidor é ilusória. Mesmo que possa escolher um "fornecedor" no mercado, continuará dependendo fisicamente do Sistema Interligado Nacional (SIN). A energia entregue não carrega identidade de fonte ou origem — trata-se de um sistema coletivo, integrado e operado centralmente. É incorreto afirmar que as fontes de geração de energia concorrem entre si em um mercado livre. A operação eficiente do sistema elétrico depende da coordenação centralizada entre as diferentes fontes de geração — hidrelétricas, térmicas, eólicas, solares — e da integração com o sistema de transmissão. Essas fontes operam de forma complementar, e não concorrencial, para garantir segurança, estabilidade e otimização técnico-econômica do suprimento. O setor funciona como um sistema interdependente, e não como um mercado atomizado.

O avanço da liberalização e a financeirização do Setor Elétrico - o que se observa com a liberalização do setor elétrico é um progressivo descolamento entre o mundo físico — onde se localizam as usinas, as linhas de transmissão e a operação real do sistema — e o universo financeiro dos contratos, onde se define a compra e venda da energia, a repartição dos custos e a apropriação dos lucros.

A energia gerada por uma usina, por exemplo, pode ser revendida sucessivas vezes antes de ser efetivamente entregue, sem qualquer vínculo direto com o fluxo elétrico que chega ao consumidor. Essa dissociação gera ineficiências sistêmicas, opacidade nos custos e risco de preços artificiais, desconectados da operação concreta do sistema. Além disso, desloca o foco do setor da engenharia e do planejamento de longo prazo

para os interesses imediatistas do mercado financeiro, comprometendo a segurança energética, a modicidade tarifária e a universalização do acesso.

Nesse modelo a eletricidade deixa de ser tratada como um bem essencial vinculado à infraestrutura crítica nacional e passa a operar como uma *commodity* financeira, sujeita a múltiplas intermediações, especulações e estratégias de arbitragem. A liberalização plena do mercado amplia o espaço para agentes financeiros — bancos, fundos de investimento e *traders* — transformando a energia elétrica em ativo de bolsa, negociado por meio de contratos futuros, derivativos e outros instrumentos especulativos. Isso rompe a ligação entre os preços e os custos reais de geração, introduz volatilidade artificial e expõe o sistema à instabilidade típica dos mercados financeiros — agravada pelas variações naturais nas vazões das hidrelétricas.

Esse ambiente favorece distorções: bolhas de preços, bônus elevados para executivos de geradoras e comercializadoras, e uma tendência crescente a práticas arriscadas ou abusivas. A desconexão entre preços e fundamentos lembra os mecanismos que precipitaram crises financeiras como a das hipotecas *subprime* — um alerta sobre os perigos de replicar essa lógica no setor elétrico.

Atualmente, cerca de 39% da eletricidade consumida no Brasil já circula no mercado livre, impulsionada pela migração de consumidores industriais e comerciais. Esse segmento responde por 93% do consumo da indústria e 41% do comércio (Boletim Abraceel, fev/2025). Nele, a energia pode ser negociada repetidamente antes da entrega final — em dezembro de 2024, cada megawatt-médio foi transacionado, em média, 6,33 vezes. As principais comercializadoras são controladas por bancos como BTG Pactual, Itaú e Plural, além de grandes grupos do setor elétrico.

A volatilidade no mercado livre é extremamente elevada, tanto no preço horário quanto nas variações ao longo do dia e dos meses. Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) — referência para o mercado de curto prazo — saltou de R\$ 61,07/MWh (preço-piso regulatório) em 24 de junho de 2024 para R\$ 291,77/MWh apenas quatro dias depois. No mercado horário, há registros de flutuações superiores a 300% em menos de duas horas.

Essa elevada instabilidade não apenas compromete o planejamento, como também pode atuar como uma barreira de acesso para a maior parte da população, especialmente consumidores residenciais e de pequeno porte, que não dispõem de instrumentos financeiros ou capacidade técnica para se protegerem das oscilações. A imprevisibilidade dos preços, nesse contexto, deixa esses consumidores mais vulneráveis e amplia as desigualdades no acesso à energia.

Vão dizer que você poderá escolher de quem comprar sua energia. Mas escolha de verdade só existe quando há opções reais — e principalmente, quando há preços acessíveis. Se todas as empresas oferecem energia cara, o consumidor está preso num “cardápio” onde só tem prato salgado. Isso não é liberdade: é ilusão de escolha. Esse cenário amplia a desigualdade entre grandes e pequenos consumidores. Os primeiros negociam contratos longos, contam com assessoria jurídica e poder de barganha. Os últimos, ao contrário, ficam expostos a contratos-padrão mais arriscados, com maior volatilidade e pouca margem de reação. A abertura completa do mercado tende a agravar essa assimetria, consolidando uma elitização no acesso à energia elétrica. **Chamam de liberdade o que, na verdade, é mais desigualdade. Um modelo feito para beneficiar quem lucra com a energia, não quem precisa dela para viver com dignidade.** Energia é um direito, não mercadoria para enriquecer poucos.

A MP é um cheque em branco! E os custos da transição? Quem vai pagar a conta? - a liberalização do mercado de energia, embora vendida como sinônimo de liberdade de escolha e redução de custos, esconde riscos que recaem diretamente sobre o consumidor residencial. A experiência internacional mostra que, em mercados liberalizados, tarifas tendem a subir no curto prazo para cobrir os custos da transição, penalizando justamente os consumidores menos preparados para lidar com a complexidade de contratos e volatilidade de preços.

Existem muitos pontos cegos na reforma, muitas indefinições, que representam riscos para o consumidor. A transição para o modelo totalmente aberto exige ajustes bilionários – como o financiamento do supridor de última instância e os custos de realocação da sobrecontratação de energia das distribuidoras. O governo já sinalizou que essa conta vai sobrar para o consumidor, sem dizer qual será o tamanho desse prejuízo!

O modelo de liberalização não se aplica ao Brasil - a liberalização do setor elétrico brasileiro é uma reedição fracassada da reforma dos anos 90, que levou ao apagão e aumento das tarifas. Longe de representar modernidade, é um projeto ideológico de enfraquecimento do papel do Estado, mesmo após o fracasso global do neoliberalismo no setor elétrico.

O modelo liberal é mimetizado, inspirado em países onde o setor elétrico possui base térmica (como o Reino Unido) ou com hidrologia altamente previsível (como a Noruega). No Brasil, com base hidráulica volátil e dimensões continentais, a liberalização **aumenta o risco sistêmico**, com sérias implicações sobre a segurança energética e a modicidade tarifária. Não por acaso, EUA e Canadá mantêm suas grandes hidrelétricas sob regulação a custo de serviço, reforçando a importância do controle público desses ativos.

O Brasil já experimentou, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, um modelo de mercado mais liberalizado, em que a expansão da geração dependia quase exclusivamente da iniciativa privada. O resultado foi desastroso: **a falta de planejamento coordenado, somada a uma crise hídrica, levou ao racionamento de energia em 2001**, com cortes no fornecimento, preços disparados e graves prejuízos econômicos.

A resposta a esse colapso, ainda que um remendo, na forma de retomada parcial do planejamento, se deu com a realização de leilões de energia organizados pelo governo. Esses leilões, aliados a atuação de uma Eletrobras pública e ao financiamento do BNDES, garantiram que novas usinas fossem construídas, evitando maiores desequilíbrios entre oferta e demanda. A nova MP, no entanto, parece ignorar essa lição histórica, reintroduzindo um modelo que já se mostrou frágil e arriscado.

Além disso, qualquer perspectiva de transição energética demanda **coordenação, planejamento de longo prazo e atuação estatal forte, não um ambiente dominado por agentes buscando lucro no curto prazo**. Em um contexto de eventos climáticos extremos, fontes intermitentes (eólica, solar) precisam ser complementadas por sistemas de backup, armazenamento e reforço da rede — elementos que o mercado liberal tende a subfinanciar.

Não por acaso, a experiência internacional mostra que esse caminho tem levado a impasses. Segundo o relatório *Reclaiming Public Services* (TNI, 2017), mais de 300 reestatizações no setor de energia elétrica ocorreram desde os anos 2000, muitas delas na Europa. Na França, a EDF foi reestatizada; na Alemanha, cidades como Hamburgo e Berlim remunicipalizaram redes de distribuição; no Reino Unido, a falência de empresas privadas como a Bulb expôs consumidores à instabilidade do modelo liberalizado. Esses casos revelam o esgotamento da lógica mercantil e a retomada do controle público como resposta à crise tarifária e à insegurança energética.

Além disso, a liberalização não reduz monopólios, apenas os transfere para grandes players. E, após acerto que viabiliza o acordo para selar a privatização da Eletrobras, levada a cabo também por Alexandre Silveira, surge essa proposta de MP, em um contexto de alta concentração no mercado de energia elétrica. A Eletrobras, agora sob controle privado, detém cerca de 23% da geração e 42% da transmissão de energia no país, configurando um cenário de “superplayer”, onde um único agente privado detém poder de mercado suficiente para influenciar preços e limitar a concorrência.

Em setores com ativos específicos e alta interdependência, como o elétrico, a concorrência pode gerar ineficiências e riscos de manipulação do mercado. Ao contrário de promover eficiência, a liberalização tende a reforçar oligopólios privados, colocando em risco a segurança energética, a modicidade tarifária e o interesse público.

Conclusão:

A liberalização do setor elétrico brasileiro não representa modernidade nem avanço. Trata-se de uma proposta ideológica, descolada da realidade nacional, que já mostrou seus limites em experiências passadas. O setor elétrico exige coordenação, previsibilidade, investimento e compromisso com o interesse público – condições que o mercado liberalizado não tem como oferecer.

A proposta de liberalização do MME repete os mesmos erros que levaram ao apagão de 2001, colocando o país em risco de novos colapsos no abastecimento. Além disso, enfraquece a capacidade do Estado de garantir uma transição energética ordenada, deixando o futuro da matriz elétrica brasileira à mercê dos humores do mercado.

O setor elétrico depende de ativos com alta especificidade (linhas, usinas, redes), que funcionam melhor sob modelos cooperativos e planejados. A competição fragmenta a gestão do sistema, criando ineficiências, subinvestimentos e sobrecustos.

Por fim, é importante lembrar que o setor elétrico brasileiro é um dos mais estratégicos do país. **Energia não é mercadoria: é um insumo fundamental para a vida, para o desenvolvimento e para a soberania nacional.** Submetê-lo às leis do mercado é entregar ao capital financeiro o controle sobre um setor vital, abrindo mão de qualquer projeto de país autônomo e inclusivo.

A Medida Provisória anunciada pelo governo precisa ser amplamente debatida e rejeitada. Não se trata de modernizar o setor, mas de desregulamentá-lo em favor dos grandes consumidores e das empresas comercializadoras. A população brasileira, especialmente os mais pobres, pagará a conta dessa aventura liberal travestida de modernização.

Defender um setor elétrico público, planejado, integrado e comprometido com a justiça social é defender o futuro do Brasil.